



Número: **5111781-95.2021.8.13.0024**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL**

Órgão julgador: **5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte**

Última distribuição : **29/07/2021**

Valor da causa: **R\$ 202.256,41**

Assuntos: **Multas e demais Sanções**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
ESTADO DE MINAS GERAIS (EXEQUENTE)	
ALOISIO SILVA JUNIOR (EXECUTADO(A))	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4865803008	29/07/2021 12:22	CDA-Aloisio.pdf	Documentos comprobatórios



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOCACIA GERAL DO ESTADO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

DATA DE INSCRIÇÃO

28/07/2021

UNIDADE

1ª PROCURADORIA DE DÍVIDA ATIVA

Nº PA

977.623

LIVRO

1

FOLHA

179

NESTA DATA, FOI INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA O DÉBITO COM O ESTADO DE MINAS GERAIS DA RESPONSABILIDADE DOS (S) SUJEITO (S) PASSIVO (S) ABAIXO IDENTIFICADO (S)

DEVEDOR

NOME: **ALOÍSIO SILVA JÚNIOR**
ENDEREÇO: **RUA PIUM-I, 478, APTO 102**
BAIRRO: **Sion**
FILIAÇÃO:

CIDADE: **Belo Horizonte**

UF: **MG**

CEP.: **30.310-080**

CNPJ / CPF / OUTRO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

647.332.036-91

IDENTIFICAÇÃO DOS SÓCIOS E COOBIGADOS

CPF / CNPJ

0

NOME / RAZÃO SOCIAL

N/A

ENDEREÇO

- - /

DISCRIMINAÇÃO DO DÉBITO

VALOR ORIGINAL	DESCRIÇÃO DO DÉBITO	TERMO INICIAL SELIC	ENCARGO SELIC	VALOR TOTAL
R\$ 193.872,37	Ressarcimento ao erário	01/02/2020	R\$ 8.384,04	R\$ 202.256,41
VALOR TOTAL DEVIDO				R\$ 202.256,41

ORIGEM, NATUREZA E FUNDAMENTO

HISTÓRICO: "Ressarcimento ao erário. Crédito originário de decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que determinou a restituição aos cofres do Estado de Minas Gerais da importância referente ao Projeto Cultural Catibum 20 anos – Manutenção das Atividades, diante de irregularidades na prestação de contas, tendo em vista a falta de comprovação da aplicação de parte dos recursos repassados pelo Estado."

FUNDAMENTO LEGAL:

art. 71, §3º da Constituição Federal; art. 76, §3º da Constituição do Estado de Minas Gerais; arts. 48, III, 51, 75 e 94 da Lei Complementar Estadual nº 102, de 18/08/2008

Considerando o disposto no art. 5º da Lei Estadual nº 21.735/2015, no Decreto Estadual nº 46.668/2014, e no art. 406 do Código Civil, sobre o valor da multa aplicada deverá incidir a taxa SELIC apurada no período.

Belo Horizonte

LOCAL

18/03/2021

DATA

AUTORIDADE COMPETENTE

Roberto Simões Dias
PROCURADOR DO ESTADO
OAB/MG 97.732 - MASP 1120091-3